



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA NONA (9ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quatro dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Nona (9ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 1º de abril de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Luís Roberto Tavares (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Jorge Setoguchi, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Sétima (7ª) e Oitava (8ª) Sessões Ordinárias, realizadas, respectivamente, em 21 e 28 de abril de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 38, de 2016, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “dando denominação oficial à MMR – 063, localizada no Bairro Rural dos Alves, de Estrada Professora Ruth Netto de Araújo”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 39, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 20/2016, datada de 29/03/2016, objeto do Ofício nº 20/2016, de igual data, “dispondo sobre a limpeza de imóveis, construção e reparo de passeios e muros, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete e relatórios referentes ao mês de fevereiro de 2016, da Prefeitura de Mogi Mirim; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº. 20/2016, o Sr. Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 39/2016 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 99/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri, Luís Roberto Tavares, Jorge Setoguchi. Assunto: requer ao prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, informações sobre a reforma na estrutura do Tiro de Guerra. Requerimento nº 101/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Assunto: solicito audiência pública, com o intuito de discutir a manutenção da iluminação pública, com os representantes da empresa Mazza, Fregolente & Cia – Eletricidade e Construções Ltda., no dia 5 de maio, quinta-feira, às 16h30, na Câmara Municipal. Requerimento nº 103/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, informações sobre a regulamentação da Lei nº 5.731, de 13 de novembro de 2015, que dispõe sobre a proibição do uso de som, portáteis, ou instalados em veículos automotores estacionados, nas vias e logradouros públicos, nos horários e nas condições que estabelece. Requerimento nº 104/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requer ao prefeito municipal cópia na íntegra do projeto de revitalização do Complexo Lavapés. Requerimento nº 105/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requer informação sobre o trabalho de funcionários da Secretaria de Sustentabilidade Ambiental, na revitalização do lago do Complexo Lavapés. Requerimento nº 106/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requer cópia integral da licitação da revitalização do Complexo Lavapés, do contrato assinado com a Empresa Santa Terra e aditivos ao contrato. Requerimento nº 107/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através de sua secretaria competente, informações sobre o plano de cargos e salários aos integrantes da Guarda Civil Municipal, Bombeiros, Vigias e demais integrantes do Departamento de Segurança Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014. Requerimento nº 108/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo Prefeito Municipal sobre a viabilidade de se criar uma Guarda Municipal de Proteção aos Animais, para atuar no combate aos maus tratos sofridos por animais domésticos, ou domesticados, além de executarem ações de educação e conscientização da população acerca da posse responsável, conforme Indicação nº 936/2013 e Requerimento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

n° 260/2015. Requerimento n° 109/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, junto às secretarias competentes, sobre a viabilidade de convênios, com as faculdades de Medicina Veterinária da região, visando o atendimento de animais de rua e da população carente, bem como a possibilidade de mutirões de castrações, diante da recente alteração da lei, que instituiu o Programa Bem-Estar Animal.

Requerimento n° 112/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, os valores pagos à empresa responsável pela obra de desassoreamento das lagoas do Complexo Lavapés.

Requerimento n° 114/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: através da secretaria competente, informações sobre se foram feitas análises laboratoriais do sedimento existente nos lagos do Complexo Lavapés, com objetivo de saber qual a poluição acumulada no local.

Requerimento n° 115/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeir junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, cópia do projeto desenvolvido para a elaboração das obras de revitalização do Complexo Lavapés.

Requerimento n° 116/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, cópia da ART (anotação de responsabilidade técnica) do engenheiro responsável pela obra de revitalização do Complexo Lavapés (Zerão).

Requerimento n° 117/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, informações do porquê não ter sido contratada uma draga de sucção, ao invés de uma draga convencional, que apenas resolve o problema do sedimento, na superfície, fazendo com que o sedimento existente, no fundo das lagoas do Complexo Lavapés (Zerão), proporcione a proliferação das Alfaces D'água.

Requerimento n° 118/2016. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro à mesa diretora da Câmara Municipal de Mogi Mirim, informações sobre a reforma no prédio, denominado



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anexo II (cópias do projeto arquitetônico, previsão de início e termino da obra). Requerimento nº 119/2016. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requeiro à Secretaria de Saúde do Município informações sobre a disponibilidade de vacinas de gripe (Influenza), no município. Requerimento nº 120/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações relativas às providências, que estão sendo tomadas, relativas ao serviço de limpeza, varrição e retirada de entulhos, nos logradouros da Vila São Jose, Vila Pichatelli, Vila São João e adjacências, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. O Requerimento nº 102/2016, de Autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja convocado o Secretário de Obras, Habitação e Serviços, Sr. Wilson Rogério da Silva, e os técnicos responsáveis pela obra, a comparecerem no próximo dia 18 de abril de 2016, às 18h30, no plenário da Câmara, para prestarem esclarecimentos sobre o andamento do desassoreamento do Complexo Lavapés (Zerão)”, foi rejeitado, por nove (09) votos contrários a seis (06) votos favoráveis dos vereadores presentes; (arquite-se). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 178/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico reparos na pavimentação, na Rua Joaquim da Silveira. Indicação nº 179/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico reparos na pavimentação, na Rua Professor Ferreira Lima. Indicação nº 180/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico reparos na pavimentação, na Rua Humberto Barros Franco. Indicação nº 190/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: indico implantação e instalação de iluminação pública, na viela, que liga as Ruas Benedito Diogo de Oliveira, com a Rua Rubens da Silva Taveira. Indicação nº 191/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: indico implantação e instalação de iluminação pública na viela do Bairro Domênico Bianchi. Indicação nº 192/2016. Autoria:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública da Rua Paraná, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 193/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Ministro Cunha Canto, localizada no centro. Indicação nº 194/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Avenida Santo Antônio, localizada no centro. Indicação nº 195/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Joaquim Firmino, localizada no centro. Indicação nº 196/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Padre Roque. Indicação nº 197/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Avenida Brasil, localizada no centro. Indicação nº 198/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Benedito Macário de Matos, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 199/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública da Rua Laura Albani de Barros, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 200/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Santa Cruz, localizada no Bairro Santa Cruz. Indicação nº 201/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua Joaquim Firmino, localizada no centro. Indicação nº 202/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata coleta de galhos e entulhos na Rua Angelino Mariotoni, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 203/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua Tenente Maestro Euclides da Cunha, Localizada no Bairro Jardim Alvorada. Indicação nº 204/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Alameda Vital Brasil, localizada no Bairro Jardim Áurea. Indicação nº 205/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

indico melhorias e manutenção no pavimento asfáltico, na Rodovia dos Agricultores (MMR-347). Indicação nº 206/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua Santa Cruz, localizada no Bairro Santa Cruz. Indicação nº 207/2016 Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Avenida Expedito Quartieri. Indicação nº 208/2016 Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Doutor Olímpio Ferreira Brito, localizada no Bairro Jardim Longatto. Indicação nº 209/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Paulo Piva, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 210/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Júlio Souza, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 211/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua Nicolau Sanseverino, localizada no Bairro Mirante. Indicação nº 212/2016 Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: solicita-se à Secretaria de Saúde, através da Vigilância Epidemiológica, e à Secretaria de Obras, através da Gerência de Limpeza Pública, vistoria no barracão da CEMEC, localizado na Rodovia SP 340 Km 165. Indicação nº 213/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: indico manutenção na iluminação pública da Praça Floriano Peixoto, Jardim Velho. Indicação nº 214/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Indico manutenção da roçagem e limpeza, na Praça Ayrton Senna da Silva, Bairro Nova Santa Cruz. Indicação nº 215/2016. Autoria: Ary Augusto Reis de Macedo. Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, providências urgentes para tapar buracos, ou recapear a Rua Nelson Patelli, esquina com a Rua Elisa Mansur Pierobon, Bairro Nova Santa Cruz. Indicação nº 216/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

na rotatória, entre a Rua Padre Roque e a Rodovia SP-147. Indicação Nº 217/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção e melhorias no pavimento da Estrada Municipal Rural da Figueira (MMR-201). Indicação nº 218/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na saída 161- A, na SP-340, pista Norte, que acessa a Rua Santa Cruz. Indicação nº 219/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico na Rua Luís Antônio Rocha Neto, localizado no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 220/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção e melhorias na Estrada Municipal Élzio Mariotoni (MMR-020). Indicação nº 221/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua João Augusto Palhares, localizada no centro. Indicação nº 222/2016. Aatoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção no pavimento asfáltico, na Rua Serafim Guarnieri, localizada no Bairro Vila Melo. Indicação nº 223/2016 Aatoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito através da Subprefeitura de Martim Francisco para providências: limpeza urgente das vielas no Bairro Residencial Floresta, principalmente na rua 07 (sete), tendo em vista a altura do mato, bem como retirada de entulhos. Indicação nº 224/2016. Aatoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Praça do Jardim Velho, Centro. Indicação nº 225/2016 Aatoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, junto a Secretaria de Saúde para vistoriar a fonte da Praça localizada no Jardim Velho, Centro, tendo em vista informações de focos de dengue no local. Indicação nº 226/2016 Aatoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Avenida Brasil, em frente aos nº 53 e 51, mais precisamente ao lado da Loja Hirusfrio. Indicação nº 227/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública da Rua Benedito Martinho de Araújo, localizada no Bairro Jardim Silvânia. Indicação nº 228/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico imediata manutenção na iluminação pública, na Avenida Pedro Botesi. Indicação nº 247/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Prefeito, através da Secretaria de Obras e Planejamento, Gerência de Limpeza Pública, providências para limpeza (corte e roçagem do mato), na Avenida Vereador Antônio Carlos Oliveira (antigo Curtume Alvorada). Indicação nº 248/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua secretaria competente, atuação do serviço ‘tapa buraco’, na Rua Gino Balestro, Jardim Santa Cruz, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Indicação nº 249/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço tapa buraco, na Rua Elizário Dias Guilon, Jardim Sylvania, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 27/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: manifesta apoio à Ordem Dos Advogados do Brasil – OAB, ao pedido de abertura de processo de impeachment da Presidente da República. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212/2016, datados de 23 e 30 de março de 2016,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito do Indicação nº 082/2016; Indicação nº 083/2016; Indicação nº 087/2016; Indicação nº 088/2016; Indicação nº 107/2016; Indicação nº 108/2016; Indicação nº 110/2016; Indicação nº 109/2016; Requerimento nº 461/2015; Requerimento nº 071/2016; Requerimento nº 57/2016; Requerimento nº 058/2016; Requerimento nº 500/2015; Requerimento nº 033/2016; Requerimento nº 041/2016; Requerimento nº 044/2016; Requerimento nº 068/2016; Requerimento nº 064/2016; Requerimento nº 076/2016; Indicação nº 084/2016; Indicação nº 085/2016; Indicação nº 086/2016; Indicação nº 090/2016; Indicação nº 91/2016; Indicação nº 92/2016; Indicação nº 97/2016; Indicação nº 079/2016; Indicação nº 113/2016; Indicação nº 115/2016; Indicação nº 099/2016; Indicação nº 562/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores). Ofício nº. 253736, de 2015, datado de 17 de março do corrente ano, subscrito pelo Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Quero informar, sobre a Comissão Especial de Inquérito – CEI, para averiguação de possíveis irregularidades na saúde, que ainda aguardo as indicações dos membros a comporem e, se puderem me encaminhar, até amanhã, ofício com o nome do indicado do partido, agradeço, para começarmos o quanto antes os trabalhos. Falar sobre os requerimentos, de minha autoria, que, hoje, apresentei. Primeiramente, questiono a Secretaria de Saúde, com relação à disponibilidade de vacinas contra Influenza, no geral. Quero saber todas as existentes, independentemente, se trivalente, se tetravalente, ou quadrivalente. Quero saber como está isso.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Acho que todos devem estar acompanhando a situação, pelos noticiários. Eu, como profissional da saúde, fico mais inteirada desses assuntos. O vírus está circulando mais cedo do que previsto, especialistas já alertaram, e várias cidades estão tomando medidas necessárias, tais como Campinas e Paulínia. E outras. Inclusive Grande São Paulo, que, hoje, iniciou o processo de vacinação, primeiramente, nos profissionais de saúde, e, a partir do dia 11, às crianças, gestantes e idosos. Trata-se de um vírus. Devemos estar alertas também, pois é muito difícil lidar com o vírus, em constante mutação. O Setor Epidemiologia da Saúde deve estar alerta sobre esta situação. Inclusive, nesta semana, tenho uma reunião com o Secretário de Saúde e vou tentar obter mais informações a respeito disso. É hora da Secretaria de Saúde se movimentar e fazer um trabalho de conscientização, em Mogi Mirim. No segundo requerimento, pergunto sobre a reforma desta Casa, previsão de início, previsão de término e projeto arquitetônico. O ponto é saber sobre mobilidade, uma das minhas grandes bandeiras. Quando eu soube do início da reforma, foi algo que me preocupou. Enfim, com relação à acessibilidade. Queria analisar o projeto arquitetônico e saber se está dentro das normas NBR 9050, se temos piso direcional e outros itens importantes, para acesso. Trata-se de prédio público, acessado por toda a população e se a população paga impostos, merece devido atendimento. As pessoas têm perguntado muito sobre a reforma, quando se inicia e quando ela termina, penso que seja importante todos estarem a par da situação”, salientou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 2º Vice-Presidente, Vereador Benedito José do Couto, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 2º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Em resposta à Vereadora Dayane. Na segunda-feira passada, aprovamos a comissão, para dar início a todos os processos, que estavam parados. Hoje, às 16 horas, como eu tinha solicitado, recebi aqui, o engenheiro da prefeitura,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para um parecer técnico. Estava aqui, a Hermínia, assessora da Vereadora Maria Helena. Parece, que a Vereadora Dayane até adivinhou, que o engenheiro viria hoje. Ele veio. Então, hoje, primeiro dia do início da reforma. Um engenheiro civil veio aqui, subiu a escada do sótão, fotografou e, agora, com a comissão formada, daremos andamento. Infelizmente, a senhora, Vereadora Dayane Amaro, votou contra. A senhora e o Vereador Cinoê votaram contra. Sem esta comissão, eu não conseguiria fazer a reforma. Os outros vereadores entenderam. Foram quatorze votos contra dois. É como sempre digo: a pessoa vota contra, mas depois precisa da comissão. Sempre assim. Sem a comissão, não posso contratar intérprete de Libras também. Nem concurso para diretor. Mas, isto não vem ao caso agora. Apenas dando satisfação à senhora, dizendo que a partir de hoje iniciamos o andamento de todo o processo da reforma. Aprovamos a comissão, na segunda-feira passada; hoje, o engenheiro já veio. Ele falará o que deve ser feito, em relação às calhas e aos rufos. Eu convido a imprensa a subir aquela escadinha, para observar. Lá, existem fios desencapados, ou encapados com esparadrapo e Durex. A história da Câmara de Mogi Mirim, que está no chão, hoje, estava lá, em cima. Todos nós, aqui, estamos correndo risco, todos os dias, o dia todo. Se der um curto-circuito lá, em cima, muito fácil pegar fogo. Temos que fazer muitas coisas aqui. Vamos começar pelo telhado. Depois, a parte elétrica. Rufos. Troca de forro. Tudo o que tem que ser feito. O seu requerimento, Vereadora Dayane, foi excelente, porque no dia em que o aprovamos, iniciamos a reforma”, explicou. Novamente na direção dos trabalhos, o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, Presidente da Câmara, facultou a palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. “Venho agradecer a aprovação da Lei nº 5.731, de minha autoria, a respeito do som alto. Hoje, através de requerimento, peço ao prefeito informações sobre a regulamentação da lei, uma vez, que precisa ser definido quem será o agente fiscalizador, onde ficarão os equipamentos apreendidos e onde os veículos serão recolhidos. Precisamos regulamentar esta lei, para termos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

eficiência, em sua fiscalização. Peço informações ao prefeito, sobre tal regulamentação. Fiz várias indicações sobre a falta de iluminação pública, tais como, na rua Benedito Macário, no Bairro Saúde. Também solicitei operação ‘tapa buracos’. Fiz para a Rua Maestro Euclides da Cunha, no Jardim Alvorada, e mais outras indicações para operação ‘tapa buracos’, porque, realmente, nossa cidade está esburacada”, declarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero agradecer aos vereadores, que votaram contra a convocação de uma audiência pública, para trato dos problemas de iluminação pública, na cidade. É sempre assim. Eu queria fazer esta audiência bem ampla. Traria os presidentes das sociedades amigos de bairros, a Promotoria Pública, a Associação Comercial – ACIMM, os meios de comunicação da cidade. De repente, votaram contra a audiência de interesse da população. Mas é assim: quando é para tratar do bem, colocar empresa para questionar e prestar serviço para a comunidade, votam contra. E depois ficam metendo o pau. Agora mesmo, usaram da tribuna, para dizer de lugares, onde não há iluminação há quase um ano. Qual era minha intenção, repito, era trazer a imprensa, diretoras escolas, fazer a audiência bem ampla. Mas vereador prefere trazer o pessoal da empresa aqui, para falar a meia dúzia. Até para questionar e, de repente, fazer politicagem, em cima da empresa. Fiquei até indignado, pela atitude. Vereadores batem sempre em cima da iluminação pública e, quando você propõe a audiência, rejeitam. Tudo bem. Vamos falar de Complexo Lavapés - Zerão. Agora, vemos bastante gente preocupada, não é? Eu fiz uma reunião. Foi-nos passado, que a obra parou devido à chuva. E vemos vereadores, que não foram buscar recurso algum, hoje, pedindo informações. Sim, a função de todos é fiscalizar, mas também, de fazer com que a coisa ande, caminhe e não atrasar o lado da empresa, que quer dar andamento no trabalho de desassoreamento e revitalização do Lavapés. Quando a Secretária Bia Gualda pediu que todos vereadores apresentassem projetos, para captação de recursos, eu fiz o meu, Vereador Luís Roberto fez o dele, mas não vou



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

falar do vereador, que está ausente. Semana que vem mostrarei ao vereador ausente, como funciona também. O meu projeto foi aprovado e está aí. Foram três milhões de reais. Um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil reais estão nos cofres da prefeitura. Eu chamei os vereadores, para uma reunião particular, com o secretário e com o prefeito, para explicarem porque a obra de desassoreamento parou. Segundo informações, a chuva foi responsável. Quero acompanhar, para onde está indo o dinheiro, logicamente. Todos nós temos que acompanhar, cobrar o prefeito e o secretário, pela correta aplicação desta verba. Não pode ficar solta por aí, sem dar satisfação à população. Quero falar mais a respeito de verbas, mas como a pessoa está ausente, deixarei para outra semana. Tem vereador que blefa, que diz que foi buscar verba, principalmente, quando se trata de melhorias, no Parque das Laranjeiras. Segundo informações da administração, nenhum deputado arrumou verbas, para infraestrutura, no Parque das Laranjeiras”, esclareceu. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Efetuamos inúmeras indicações, levando ao Executivo as reclamações dos munícipes, principalmente, no que se referem a limpeza, iluminação e aos consertos e reparos, na pavimentação. Embora pareço estar me tornando repetitivo, hoje, tivemos sessenta e uma indicações. Destas, cinquenta são para esse tipo de serviço. Acredito que, talvez, os departamentos competentes não estejam conseguindo atender à necessidade de toda a cidade. Todas as semanas os mesmos problemas e os departamentos não conseguem colocar a casa em ordem. Está na hora de alguém tomar pulso e resolver o problema. A cidade está suja, esburacada, mato para todos os lados, é necessário trabalho urgente. Efetuamos também, o Requerimento nº 99/2016. Há alguns dias, estivemos visitando o Tiro de Guerra - TG 02-023, onde conversamos com o Subtenente Robert. Fizemos uma vistoria no local e deparamos com um prédio, um barracão, totalmente, destelhado, devido a um vendaval, que aconteceu. Fiquei



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

espantado. Subtenente Robert disse ter feito as devidas solicitações junto à prefeitura, mas que ainda não haviam efetuado conserto. Ele esperava que os reparos tivessem sido feitos antes do início das atividades do TG, mas não. Não efetuaram conserto ainda. Pasmem! Sabem quando aconteceu este vendaval e chuva? Em setembro de 2015. Até hoje, a administração não iniciou as obras de reparos. Todos os equipamentos amontoados, situação de dar dó. TG semiabandonado. Infelizmente, o sargento comentou que fez a solicitação, mas nós temos que fazer também e levar o que está acontecendo ao conhecimento do Executivo. Algum departamento acabou se esquecendo de efetuar tais reparos, não é possível. Necessária a adequação física do barracão, para que o TG possa efetuar seus trabalhos, caso contrário, o que vai acontecer com os nossos atiradores? Um dos requerimentos, que iríamos propor hoje, Vereador Luís Roberto e eu, assinamos juntos, é voltado ao Cemitério Municipal. Em 2014, visitamos o Cemitério Municipal e constatamos inúmeros problemas. O gerente foi substituído, mas os problemas continuam os mesmos. A capacidade do cemitério está escassa. Em breve, o cemitério entrará em colapso, se nenhuma atitude for tomada”, explicou. Também fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Quero apenas colocar o porquê de não ter assinado a moção prol OAB, apoiando o impeachment da Presidente da República. Eu acredito, que a situação do país seja lastimável, preocupa-me. Foi provado, em toda a investigação, que houve a participação de inúmeros partidos. No caso de o impeachment ser aprovado, saindo a presidente, entra o Michel Temer, vice-presidente, que esteve com ela o tempo todo e usou o dinheiro, em sua campanha. Depois, se ele sair também, teremos Eduardo Cunha, em processo também. Saindo este, vem Renan Calheiros, outro, que é repleto de processos. O Brasil e o brasileiro são conhecidos, lá fora, como a terra da brincadeira e da piada prontas. Paulo Maluf, dentro do Brasil pintou e bordou, foi acusado, mas absolvido. Todavia, foi condenado lá fora. Aqui não. A Justiça tem que agir como está



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

agindo, sendo implacável e colocando todos presos. Roubou, vai preso. Para servir de lição e, nas próximas eleições, voltarmos a acreditar nos políticos. É a minha preocupação, com país, Estado e cidade. Muitas vezes, acabamos por desviar nossa atenção do que, verdadeiramente, ocorre. Hoje, por exemplo, temos um substitutivo a um projeto, que está acabando com o recolhimento dos entulhos e estabelecendo multas de mais de quatrocentos reais e, se o cidadão não pagar, ele entra na Dívida Ativa. Hoje, para leitura, outro projeto, criando multas, para todos os moradores, que não tomarem conta de sua calçada. O que vai sobrar para o município fazer? Ora! Tudo vai ficar na mão dos moradores, que pagam IPTU e taxas. A situação está difícil, mas eu lembro que, em 1997, a prefeitura recebia muito menos e nunca tomou tais medidas. E as poucas que tomou, todos os políticos criticaram de maneira negativa. Então, eu espero, que a Casa não aceite estes dois projetos e que a população tome conhecimento, pois é um absurdo. Mogi Mirim é o nosso lugar, vamos disciplinar, começando pelo nosso município”, aclarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Manoel E. P. C. Palomino. Ele, com muito pesar, comunicou o falecimento do senhor Carlos Albeto Barreiro, bombeiro municipal, durante vinte e nove anos. O vereador solicitou fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio, em memória de tal falecimento, durante o tempo que lhe era reservado, para uso da tribuna. O pedido foi deferido, pelo Presidente da Câmara, e o tempo guardado, com todos os vereadores, em pé. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Quero comungar as palavras da Vereadora Luzia, este país é uma piada, realmente. A nossa assinatura, no requerimento, não vai significar muita coisa. Enfim, que a justiça seja feita e os que erraram, que paguem por isso. Quero dizer, que estamos fazendo campanha contra a Dengue. O Departamento de Saúde está, o tempo todo, juntamente com as agentes, divulgando o trabalho, o dever de casa. Mas, muitas vezes, vemos, realmente, coisas acontecendo, as quais nos deixam preocupados. Eu estive na





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

EMEB Estrela de Luz, onde o mato está tomando conta e onde estudam criancinhas pequenas. Os corrimãos estão com os canos cheios de água e ninguém toma providência alguma. Eu fico indignado. Faz-se tanta propaganda, em cima disso, mas, na realidade, não está acontecendo, como deveria. Na Vila São José temos um prédio antigo, da WCM, que está abandonado, com baratas, ratos e escorpiões. Ligam para os departamentos, ninguém sabe de nada. Perguntam se tem algum requerimento, ou algum pedido, respondem que não. Pior, que tem! Esta Casa faz pedidos, para que isso aconteça. Mas é uma proteção, que está acontecendo. Eu estou fazendo um requerimento. Semana que vem, vou officiar o Ministério Público. Única forma de resolver aquela situação. O prédio está sendo utilizado por usuários de drogas. Tem água parada lá. Todos os lados. Mato cobrindo toda a extensão do prédio e nada é feito. Às vezes, o poder público vai lá e jogar um veneno. Dinheiro público utilizado, em área particular. Quero saber quem é o dono, quem está administrando aquele prédio. E vou pedir, através de requerimento, que os departamentos tomem providências. Se não tomarem por bem, vão tomar por mal. Muitos casos foram resolvidos no MP, por intermédio deste vereador. Será mais um caso, que levarei à frente e, enquanto eu não ver resolvido, não vou parar. Esta é minha postura. Quanto aos projetos, que serão votados, hoje. Sobre a retirada de galhos e entulhos, vou votar contra. O projeto deve ser melhor elaborado, embora eu o ache justo. Muitas pessoas colocam vários e vários metros cúbicos de entulho nas ruas, para serem retirados. Acho errado. Mas também, não se pode punir aos que colocam o volume certo. Que seja feita uma lei coerente, com punições e com fiscais, para fiscalizá-la. Temos meia dúzia de fiscais. Dois afastados. Dois, nas férias. Falta fiscalização. Atrasa, realmente, a coleta de entulhos. Vou votar contra e que seja feito, futuramente, um projeto decente. Há um projeto meu. Vereador Léo Zaniboni o reapresentou, neste mandato, que é o IPTU Verde. É um projeto de sustentabilidade ambiental. Se cada munícipe cuidar da sua calçada, da sua árvore, a prefeitura economiza e ele paga



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

menos IPTU. Tudo isso deve ser revisto, analisado, colocado num novo projeto. Daí sim, se eu estiver aqui, ainda, votarei favoravelmente”, discursou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Tudo o que foi dito aqui, perde a importância, quando lemos, no Diário Oficial do Município, o edital de concessão, para prestação de serviço de abastecimento e esgotamento sanitário. É uma aberração, que esta Casa permitiu, porque foi esta Casa sim, que permitiu deixar acontecer o que está ocorrendo. A oito meses do término da administração, publica-se o edital. Não é possível! Seremos taxados de incompetentes! Quando a justificativa do prefeito é mera preocupação com a saúde pública. Ele está concessionando o serviço público, com uma justificativa, a saúde, uma justificativa, que ele mesmo não cuida. Ele não cuida da saúde pública, dos terrenos baldios, das nossas escolas, das nossas creches. Ele não faz o mínimo. Fizemos três audiências públicas e mostramos a todos, que o Serviço de Água – SAAE é suficientemente capaz de se manter, com investimentos e tecnologia moderna. Podemos comprovar que não há perdas, da forma como colocam. Além disso, demos a oportunidade ao prefeito, de mexer com o SAAE, mudando as suas competências. O SAAE fará o quê, agora? Coleta, resíduos, varrição. Tudo o que ele quer colocar agora, que nós fazemos. Senhores, é muito triste ver o prefeito, que poderia, nos últimos meses de seu mandato, mostrar um pouco de juízo. Bastava não fazer a concessão do serviço de água. Deixe para o próximo prefeito, para que analise ele, com atenção. Mas não. Publicou o edital. Até 24 de maio. Significa que, em maio, teremos nova empresa privada cuidando do nosso abastecimento de água. Fica o meu protesto e indignação, por esta Câmara ter permitido. Eu não permiti e outros também não, mas a Casa permitiu e seremos taxados de irresponsáveis. Agora, vêm contestar a administração municipal, enquanto por todo este tempo, três anos e quatro meses, aprovaram medidas irresponsáveis, porque foram irresponsáveis sim, as atitudes, que o prefeito tomou, ao longo deste tempo. Eu não quero acreditar, que isto



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vai ocorrer, tenho esperança. Mas fica o meu protesto, por esta Casa ter permitido fazer o que vai fazer, ou seja, passar à iniciativa privada o serviço de água”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Realmente, é complicado. Infelizmente, como eu já disse aqui, a Câmara já deu a autorização. Estamos nas mãos do querido amigo prefeito Gustavo Stupp. Alguns votaram contra, eu entre eles. Mas a maioria entendeu dar o cheque em branco ao prefeito. A ideia é tentar barrar o edital, de um jeito, ou outro. Talvez, com a ajuda de todos os vereadores da Casa, algo possa ser feito. Alguma possibilidade de barrar o edital, de alguma forma. Não sei. Sobre a questão, que o Vereador Marcos disse, sobre os problemas, em escolas e a Dengue. É como chegou, agora, o Projeto de Lei nº 39/2016, lido, hoje. É a mesma coisa, o mesmo problema. Multas, monte de sanções à população, relativo a terrenos, e o que vemos são todas as áreas da prefeitura, inclusive as praças públicas, uma vergonha. E nós somos obrigados a pagar multas. A maioria da população está sendo multada, porque dizem, que o terreno está sujo. Sou testemunha de terrenos, que já estavam limpos, com mato baixo, e o proprietário levou uma multa de mil e quinhentos reais. Terreno limpo! Já tinha sido passado veneno, capim baixo e amarelo. Só pode ser para arrecadar mais dinheiro A cada hora, um projeto mais complicado. O Vereador Marcos falou de um, acabou de chegar outro. E se pegar fogo num terreno? A prefeitura não quer nem saber, quem ateou fogo, mesmo que seja mato baixo. A multa será dois reais e dez centavos, por metro quadrado. Penso que, hoje, a maioria esteja atenta a estes desmandos, leis que ninguém entende, mas, como a Vereadora Maria Helena disse, isto é típico de prefeito inconsequente, sem capacidade administrativa. O que ele deveria fazer de bem e bom, não vemos nada e, desde o primeiro dia de mandato, só bucha. Vamos ver se conseguimos, com a força de muitos, barrar a concessão do SAAE, independentemente, se parceria público-privada – PPP, ou concessão. Talvez seja possível. Eu conclamo todos os vereadores e até aos que, na época,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votaram, favoravelmente. Vamos tentar barrar de um jeito, ou de outro”, aclarou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Já mencionei aqui, que, talvez, não seja candidato nestas próximas eleições. Mencionei, porque é tanta a hipocrisia aqui, muita, que vou citar exemplos, para que me entendam. Tempo atrás, o nobre Vereador Cinoê soltou, na rede social Facebook, que o projeto de revitalização do Complexo Lavapés - Zerão era dele. Falou que era um projeto, que ele fez, na administração Carlos Nelson Bueno. Hoje, ele pede cópia do projeto. Deixei claro, que não tinha sido o projeto dele, o exercido. Deixei claro também, que ele ficou mais de sete anos no município, gerou mais de trezentos e cinquenta mil reais, em custos, e não trouxe um centavo para Mogi Mirim. Então, é fácil criticar. A Vereadora Maria Helena veio aqui e esgrachou a concessão. Não estou defendendo, bem entendido, porque o projeto que votei foi uma parceria público-privada - PPP, mas quando foi feita a privatização do esgoto, se me recordo bem, todos foram favoráveis à administração Carlos Nelson Bueno. E hoje, o SAAE paga sessenta por cento do que arrecada, para o tratamento de esgotos. Isto foi privatização. Foi vendido, o tratamento de esgotos. Engraçado né? É tamanha a hipocrisia. Todo mundo bate de bonzinho, pois estamos em ano de eleição, mas por que não falam o que fizeram, lá atrás? É muito fácil criticar. Relativo ao projeto de lei do Vereador Jorge Setoguchi, sobre som alto, quero deixar o vereador ciente, que temos um aparelho decibelímetro, que faz a medição da altura do som. Está na Secretaria de Agricultura, mas no meu entender, deveria estar dentro de uma viatura da Guarda Civil Municipal. Só é possível fazer a notificação e multar, se você medir, no ato, a altura do som. Caso contrário, não se consegue. Tem a lei, existe, mas estamos amarrados. Precisamos sim, buscar saber por que o aparelho não está dentro de uma viatura. Mas adiante, a Vereadora Luzia não quis assinar a moção. O PT, o PSDB e o PMDB são todos partidos corruptos. São muitos. Se partido fosse bom, já disse, não era partido, mas união de grupos. O PSDB, onde a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereadora Maria Helena esteve até ontem, foi o que mais privatizou, no Estado: rodovias, tratamento de esgotos e metrô. Resumindo, Fernando Henrique Cardoso privatizou muita coisa. O projeto que eu votei aqui, nunca foi privatização do SAAE. Hoje, o SAAE recebe dois milhões e duzentos mil reais/mês, paga quase um milhão de reais na Folha; sessenta por cento do arrecadado vão para o pagamento do tratamento de esgotos e ainda falam que o SAAE tem condições de fazer tudo. Eu não votei concessão, eu não votei privatização, eu votei parceria público-privada, ao contrário do que foi feito na gestão Carlos Nelson Bueno, pelo grupo do PSDB, quando quase todos votaram favoráveis”, explicou. Como os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. “Primeiramente, prestar uma homenagem aos alunos da EE Aristides Gurjão, aqui presentes. Parabéns pela iniciativa, professor. Renato Russo já dizia: que país é este? Eu me atrevo a dizer: que cidade é esta? O prefeito quer exigir do povo, aquilo que ele não cumpre, ou seja, as ruas esburacadas, as ruas sem iluminação, as UBSs sem remédios e assaltos todas as semanas, na zona rural, com reféns! Que cidade é esta? Nenhum empresário quer investir, em nossa cidade, porque ninguém fica sabendo onde é aplicado o seu dinheiro. Cadê o dinheiro, que estava aqui? Este rascunho de prefeito, este infeliz e, se a OAB fez uma moção contra a Dilma, fizesse contra o rascunho de prefeito também. Falta merenda, escolas detonadas, lago do Lavapés detonado. Um milhão e quinhentos mil reais e o Lavapés está pior do que antes. E agora, estão usando o barco dos Bombeiros, para limpar o lago? Ao invés de pegar o dinheiro e contratar uma empresa, que investisse o dinheiro, então, nos bombeiros e no meio ambiente. Eles mostraram que, com capacidade e vontade não se precisa de muito. Um milhão e quinhentos mil reais. É muito dinheiro. Daí a EPTV Campinas chegou no Lavapés e a movimentação das máquinas começou. A EPTV foi embora e a movimentação parou. Parabéns à imprensa de Mogi Mirim e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

região. Uma força, que bota pressão sim. Sem ela, esta Câmara não teria a força, que talvez ache que tenha. Sozinho o problema é seu, juntos o problema é nosso. A oito meses para acabar o mandato e o rascunho de prefeito vai acabar com a cidade mais ainda. Vai detonar a cidade. Eu fico inconformado, que ainda tenham coragem, para tentar defendê-lo. Tirem foto com ele, vão aos bairros! As pessoas não vão acreditar, que o infeliz é o rascunho de prefeito, o responsável por deixar faltar remédio nas UBS, faltar transporte, faltar iluminação na sua rua, responsável por assaltos e mais assaltos, com reféns, é este que deixa a educação aquém do esperado. Fico aqui, inconformado e não vou me calar. Não vão me tirar a liberdade de expressão, só se me tirarem a vida”, narrou. O último inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistiu da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h59, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. REQUERIMENTO Nº 94, de 2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, "solicitando à Secretaria de Obras, Serviços e Habitação a convocação do representante da empresa Mazza Fregolente, vencedora da licitação de prestação de serviços da iluminação pública, para comparecer à Sessão da Câmara Municipal no dia 4 de abril, às 18h30". Para discussão a pedido do Vereador Laércio Rocha Pires. Primeiramente, fez uso da palavra o autor, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. "Este requerimento já está nulo. Vou fazer novo pedido, para daqui quinze dias e assim, terei prazo, pois não esperava, que um requerimento deste porte, concedendo a**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos a oportunidade de discutir, tivesse discussão solicitada, o que causará um atraso de um mês. Infelizmente, é assim. O vereador citou também, que pediu a discussão, porque ele tinha entrado com pedido de audiência. Ele faltou com a verdade, porque ingressei com o requerimento, primeiramente. Pediu que eu retirasse, mas não retirei, porque este requerimento interessa a todos os Vereadores. E os telespectadores poderiam assistir a verdade do que está acontecendo com esta empresa, que faz a manutenção”, disse. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Na verdade, quem falta com a verdade é o Vereador Marcos. Ele sabia, eu fiz o comentário com ele, de que eu faria uma audiência pública, um amplo debate. Nesta Casa, costumam atropelar um ao outro, aqui, dentro. O vereador, na verdade, quer fazer média, com meia dúzia. Eu pretendia convidar a Promotoria Pública, presidentes das sociedades amigos de bairros, Associação Comercial, não só meia dúzia de pessoas, como ele propõe. Queria fazer um debate amplo. Porque a situação da cidade, com relação à iluminação pública está grave. Iriamos todos, com o MP, intimar esta empresa e passar à população o que está acontecendo, realmente. Nunca imaginei votarem contra uma audiência pública. Audiência é onde você convoca a todos. Muito mais vantajosa do que fazer as coisas às escondidas, na Câmara. Sai o edital da audiência, no jornal, e convite à população. Eu não faltei com a verdade, é o cúmulo do absurdo. Vereador precisa se informar. Não adianta ouvir, correr na frente, para fazer antes. E vou continuar. Sei que, depois deste requerimento, será impossível fazer a audiência, com a empresa, mas darei um jeito de levar até à população”, sublinhou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, pela unanimidade dos presentes, Turno Único, o Requerimento nº 94/2016, do Vereador Marcos Bento A. de Godoy); (oficie-se como requer); **“ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 2. SUBSTITUTIVO** apresentado pela Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 19, de 2016, de autoria do Poder Executivo, “vedando à população depositar entulhos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

em geral, em vias, logradouros públicos, praças, jardim, áreas verdes, áreas de preservação ou em terrenos baldios e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Havendo rejeição do Substitutivo, a Casa deverá apreciar o Projeto original, nos termos do art. 147, § 2º do Regimento Interno. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 121/2016, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por trinta (30) dias da discussão e votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 19/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por doze (12) votos contrários a três (03) votos favoráveis, o Requerimento de Adiamento nº 121/2016); (arquive-se). Em discussão a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós estamos analisando um substitutivo, porque temos preocupação de como será votado o projeto. Nós, CFO, tivemos várias conversas e reuniões com o pessoal envolvido neste projeto. O prefeito retira da administração a coleta de galhos e entulhos. Até meio metro cúbico, o município recolhe. Um pouco em desacordo, mas recolhe. O município retira o entulho, é um serviço que o município presta. Pelo projeto, passará o serviço ao cidadão. O município pode fazer, mas não faz. Ele indica um local, na rua Ariovaldo Silveira Franco, Bairro Mirante, onde o munícipe poderá levar, equivalente, em entulhos, a uma caixa d’água de mil litros. A Vereadora Luzia e Edson da Luz, membro do Conselho de Saúde, estiveram no local, no Bairro Mirante, e constataram, que o município não está preparado para fazer este serviço. Porque, desde o primeiro mutirão da Dengue, observamos, que o material recolhido se encontra no local, onde será o futuro ecoponto, a ser instituído por esta lei. Lá, deparamos com um berçário de Dengue, com vasos sanitários com água, entulhos; é a proliferação da Dengue. Este local





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

não está preparado para ser um futuro ecoponto. Sofás, galhos, folhas secas e muito entulho perigoso, que não deveria estar lá, mas está. A Comissão de Justiça, através do Vereador Ary Macedo, fez um substitutivo. A CJR fala em sessenta dias, para informar à população, a fim de que se prepare, para levar a coleta de entulhos, no local. Sem esta emenda, seria após a publicação, imediatamente. Em situações de extrema necessidade, cadastrando-se na assistência social, o município poderá recolher, se deferido. Queremos resolver isso, hoje. O município, que não tem condições de fazer o serviço, independe-nos fazer prosperar este projeto. Devem ser vários ecopontos, em vários terrenos. Não em um único lugar, no entorno de um bairro enorme. Nas adjacências temos os Jardins Panorama, São Vitor e vários outros bairros. Dentro daquele espaço, está alojado o canil, Vereador Manoel Palomino, que o senhor tanto defende e nós também. Existe também, a escola Sapequinha, próxima. Distante cinquenta metros do local, onde se pretende o ecoponto, estão a ETEC, a FATEC, a APAE e a lei fala, em cinco quilômetros da zona urbana. Portanto, nós fizemos o substitutivo preocupados, porque este projeto original, na íntegra, não deve prosperar, pelo amor de Deus. A minha posição é rejeitar o substitutivo e o projeto original. Declaro o meu voto, porque Mogi Mirim não está preparada. A justificativa do prefeito é a saúde pública e vejam o ecoponto do prefeito. Vejam lá, como está o ecoponto. Não se faz desta forma. Não temos sequer servidores preparados. Analisem com responsabilidade o projeto, que não deverá prosperar. E quero dizer que foi colocada uma inverdade. A concessão do esgoto foi em 2007 e eu não era vereadora”, aclarou. Neste ponto, a sessão foi suspensa às 20h33 e reaberta às 20h34, pelo senhor Presidente. Prosseguindo com a discussão, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Ao meu ver, este projeto rasga a Constituição Federal. O prefeito não faz o serviço básico, de limpeza e coleta. Onde vamos parar com esta situação? É como Maria Helena disse, o município não está preparado, mas o prefeito insiste em colocar a carroça na



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

frente dos bois. Preocupa-me, porque a Lei Brasileira De Inclusão – artigo 113, diz que a calçada passa a ser responsabilidade do Poder Público. Da forma como está no projeto, a partir do momento que a pessoas depositar o entulho, a prefeitura não tem obrigação em recolher, mas entra em conflito com o artigo da lei. Como ficamos? A lei é brasileira, Mogi Mirim está em outro país? Faltou o prefeito consular os órgãos ambientais e análise jurídica do projeto. Não basta, simplesmente, propor. Grave esta situação, de tirar tudo das costas do prefeito e a população, que se vire. Preocupante. Votarei contra”, definiu a vereadora. Também discutiu a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Venho completar o que foi falado. Fomos lá, e A Comarca também ouviu a prefeitura. Foi dito, que o ecoponto, próximo ao centro da cidade, próximo à ETEC, à FATEC, à APAE, relativo a todos os objetos, com possibilidade de armazenamento de água, que pudessem aumentar a incidência do Aedes, que todo foram retirados. É mentira. O senhor Luz, do Conselho Municipal de Saúde encontrou focos. Fotografamos vaso sanitário, objetos quebrados, com água, que são criadouros. Falam que vão retirar de lá e levar para outro local, então, eu quero saber onde é o outro local. A denúncia que tenho, é que se localiza próximo ao aeroclube. Então, tira da casa do munícipe e esconde, em outro lugar? É assim que vamos afastar a epidemia da doença que pode matar? Cadê a responsabilidade? Votarei contra o substitutivo e projeto original”, posicionou-se. Também discursou o Vereador Cinoê Duzo. “Sou contra o projeto. Estava pensando. O ecoponto será no Bairro do Mirante. Martim Francisco, zona rural, Jardim Planalto, como farão? Terão que trazer até aqui. O prefeito, literalmente, quer colocar a sujeira embaixo do tapete. O lixão está muito próximo do Rio Mogi Mirim. Situação gravíssima está o rio e estes entulhos chegarão até o rio, certamente. Fica a indignação. Meio ambiente. Ele, na verdade, quer acabar com mais uma responsabilidade dele, jogando a responsabilidade no povo. Ele é um artista. O Mister ‘M’, em tirar responsabilidade de si e jogar no povo. O



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

prefeito só faz nada, nada e nada. Sou contra o substitutivo e o projeto”, declarou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Já declarei ser contrário ao projeto. Em Martim Francisco temos, próximo à linha do trem, uma caçamba. Não é um ecoponto. E sabendo da existência daquele lá, é que vou votar contra este projeto. Uma carcaça jogada já seria o problema. Este projeto deve ser melhor estudado. Lixo abrange um espaço grande e é assunto preocupante. Minha posição é esta. Temos que achar uma saída, mas deve partir de cima, com verbas federais, para que isso aconteça. Os governos devem colocar usinas de reciclagem, junto aos grupos de municípios. Penso que num futuro próximo, tenhamos uma destinação melhor”, frisou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Na discussão, muitos vereadores disseram que o projeto deve ser melhor pensado. Registro que fui a favor do adiamento, mas não quer dizer que serei a favor do projeto. Muito pelo contrário. O projeto, do jeito como está, sou contra. Mas vejo algo que pode ser discutido. Penso, que possa ser melhorado, pois tem um fundamento muito bom. Hoje, o município tem obrigação de recolher até meio metro cúbico de entulhos. Mas, vemos casos, em que o cidadão não respeita o limite. É um problema para o município, mas, mais uma vez, quero esclarecer, que fui favorável ao adiamento, por desejar que o projeto fosse melhor discutido, mas isso não quer dizer que serei favorável à matéria, pois, do jeito como está, com um único ecoponto e multas, por metro quadrado de terreno, meu voto é contrário”, disse. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Iniciando meu raciocínio, quero colocar que a cidade está um caos de sujeira e tem prestação de serviços, de quinta categoria, e pagamos por serviço de primeira. Já comentei isso, em outras ocasiões. A quantidade de entulho e sujeira está enorme, na cidade, e algo deve ser feito. Mas vamos raciocinar, que isto não aconteceu da noite para o dia. Vem acontecendo há longo tempo. A prefeitura não está assumindo a sua responsabilidade, conforme a lei 4038, de 2005, que reza que a prefeitura tem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que fazer a coleta de meio metro cúbico. Em suma, o prefeito está simplesmente jogando a responsabilidade, que é da prefeitura, sobre o povo, de forma geral. Não adequa o local, onde pretende receber os materiais. As vereadoras estiveram presentes. Simplesmente, acabarão levando os materiais ao aterro sanitário, criando outros problemas. Portanto, não é possível aceitar mais este custo para a população, em geral. No meu pensamento, o prefeito não tem moral e nem compromisso, com a limpeza e adequação da cidade, e quer jogar esse ônus para todo o povo. São muitas de quatrocentos reais. Não dá para concordar com tudo isso. Tivemos uma reunião com a Comissão de Justiça e de Finanças e Orçamento, discutimos, mas, infelizmente, não podemos aceitar isso, porque quem vai pagar mais esta conta será o povo e, evidentemente, não concordamos com isso”, declarou. Na sequência, discursou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Declaro-me contra o projeto. Impressão que dá, é que o projeto está para favorecer os donos de caçambas estáticas, porque, certamente, o serviço vai aumentar, se o projeto for aprovado. Se fosse um ecoponto, em cada bairro, já seria uma dificuldade, mas é um para a cidade toda, então, sou contra”, afirmou. Discursou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “A questão é simples. Não dá para entender o que o Poder Executivo pretende com este projeto. O prefeito já tem uma arma na mão, pois existe uma lei, que diz, que o munícipe só pode colocar meio metro cúbico, ou quinhentos litros de entulhos, em sua calçada. E, realmente, muitas pessoas colocam mais que isso. Mas, se der mais de meio metro, a prefeitura pode autuar o dono do entulho. Mas a prefeitura leva. Meio metro é uma limpeza, no jardim. Mas existem pessoas, que fazem reformas, quebram paredes e jogam os entulhos na rua. Isto é questão de cultura e educação. Como disse o Vereador Daniel, teríamos que ter pelo menos quatro pontos de despejo deste material. Martim Francisco fica longe, bem como o Jardim Planalto. E mesmo quatro pontos não seriam suficientes, ainda. Quem daqui tem condições de transportar uma limpeza de jardim, sem pagar? E existem



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

taxas de todas as coisas e o prefeito não as cumpre. Ele não faz limpeza dos terrenos da prefeitura, mas cobra multa da população, em geral. Embora o substitutivo tenha melhorado e muito o projeto, mesmo assim, prossegue problemático. E o Vereador Dr. Ary, Presidente da CJR, entende desta forma. Eu penso, que nenhum vereador vá ser favorável a tal desastre”, salientou. A seguir, usou a palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Havia este diálogo, de votarmos por um adiamento. Sabemos que há limites junto à CETESB, relativos ao material. Um vereador veio à tribuna e mencionou, que o projeto cheira alguma coisa com relação aos caçambeiros. A caçamba custa até cento e trinta reais. Em Martim Francisco, temos um lixão, faz anos está lá. Eu consegui, através de deputado, que viesse uma emenda, para o município. Nós compramos dois tratores e um triturador, mas o triturador de galhos está guardado, porque o caminhão, que puxa, está quebrado. Como está o projeto, sou contra, mas precisamos sim, achar uma maneira de resolver a questão e, acima de tudo, conscientizar a população. O Luciano Lopes, que está fazendo o gerenciamento da subprefeitura de Martim Francisco, chegou a fazer coletas no Jardim Planalto, dois, três dias seguidos. Na outra semana, havia a mesma quantidade de material. É difícil. A lei, ampara meio metro. Eu já fui notificado, pela lei, que é antiga. Hoje, não há fora, não há como deixar. Já vi calçadas, na área central, ponta a ponta com entulhos. Sou contra, mas vamos ter que encontrar uma forma de resolver e de conscientizar a população”, explanou. Em votação o Substitutivo; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, pela unanimidade dos presentes, Turno Único, o substitutivo da CJR ao Projeto de Lei nº 19/2016, do Poder Executivo); (arquite-se); Em votação o Projeto de Lei nº 19/2016; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, pela unanimidade dos presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 19/2016, do Poder Executivo); (arquite-se); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 3. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2015, de autoria do Prefeito**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal, “dispondo sobre a criação do Programa de Modernização da Administração Tributária e instituindo a Gratificação Fiscal para os servidores ocupantes das carreiras de Auditor Fiscal de Rendas, Fiscal de Tributos e dando outras providências”. Juntamente com emenda da Comissão de Finanças e Orçamento. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que, imediatamente, solicitou Destaque de votação, para a emenda anexa ao projeto, conforme Artigo 155, V, combinado com o Parágrafo Único do artigo 166, do Regimento Interno, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A vereadora prosseguiu, com seu discurso. “A CFO, desde fevereiro, tem ouvido todos os envolvidos neste projeto. O senhor Plínio, auditor fiscal do município, e os dez advogados do município. Primeiro, quero explicar, porque estou pedindo Destaque para a emenda. Junto ao projeto de modernização da administração tributária, está embutida a alteração da denominação dos advogados, passando a torná-los Procuradores Jurídicos do Município. Entendemos e foi aceita pelos advogados, a emenda e o destaque e que tentaríamos o convencimento dos senhores, para separar o caso da denominação do projeto, em si, que é a modernização tributária. Atendendo a eles, porque se conseguirmos separar, eles trarão um novo projeto de lei, que fará a alteração. Há setores na secretaria jurídica, que trabalham quatro horas/dia e outros, que trabalham oito horas/dia e eles pedem alterações nesses salários. A emenda vem, para suprimir o Artigo 14. Ela retira do projeto o assunto ‘procuradores jurídicos’ e deixa apenas a modernização da administração tributária”, explicou. Também comentou o projeto o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Quero reforçar as palavras da Vereadora Maria Helena. Conversei com o senhor Plínio e comecei pelo Artigo 14. Sou a favor do que diz o Artigo 14, mas não nesta lei e é por isso, que serei favorável ao destaque. Votarei favorável à emenda e à supressão do artigo 14. Sou favorável ao projeto. Se vai fazer um efeito cascata, acho que todos devem lutar pela sua



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

carreira”, argumentou. Também falou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Muitas vezes, vemo-nos em situação difícil, principalmente, quando vamos legislar sobre salário dos outros. Precisamos cautela e prudência. O programa de modernização, na minha opinião, extrapola isso. Cada um tem que procurar seus interesses, mas a prefeitura é como um todo. Pode-se fazer um programa de qualificação, ou de gratificação, mas não desta forma. Vejamos. O funcionário, que for pontual, terá 15% de gratificação no salário. Se ganha três mil e quinhentos reais, terá uns quinhentos reais de gratificação. O que tiver um pouco de interesse e cooperação, terá 50% de reajuste. Se o funcionário for aplicado, dobra-se o salário, pois receberá 100% do salário em gratificação. Para mim, tem coisa errada. O mercado não está dando empregos. Vejam a situação socioeconômica do município, com empresas fechando. E, na prefeitura? Vamos aceitar isso? A coisa está errada. Justificaram, que iriam cuidar de aumentar a arrecadação. Ora! Para que foram contratados esses funcionários? Para que o advogado foi contratado? Não dá para aceitar este tipo de coisa. Os auditores vão trabalhar, sem incentivo? Ora. Ganham três mil e quinhentos reais. Não é dinheiro para se jogar fora. Se ele precisa melhorar a qualificação, perfeitamente. Manda fazer cursos, em São Paulo, se necessário. Concordo. E esta verba já foi aprovada pela Secretaria de Finanças Elisanita. A mesma Elisanita, que já dispensou três auditores, que ainda não resolveu a ação, a qual vai se resolver na justiça. Quem paga a conta, somos nós. Por irresponsabilidade dela! Não aceito isso. Os auditores merecem? Vamos analisar que mereçam. Certo. E os professores, que trabalham e se dedicam, na sala de aula, e incentivam os jovens, com reforço, planejamento, em casa, e paciência? Eles não merecem? A situação da saúde, beirando um caos. Outras contas rejeitadas, novamente. Não podemos analisar caso a caso. Vamos dobrar o salário de uma pessoa, com gratificação? Dobrar salário tem coisa errada e não concordo. É necessário um incentivo a todos os funcionários da prefeitura e não a um determinado segmento”, declarou. O



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Quero citar o princípio da isonomia. Se vale para um, vale para todos. Que se estenda o direito, para todos os funcionários, desde o mais simples até o mais importante. Direitos iguais. O vereador Luiz explanou bem. O PSB vai votar contra, certamente. Sabemos do trabalho dos auditores, mas, na crise que estamos, pode ser legal, mas não é moral”, frisou. Em Destaque de votação emenda da CFO ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2016; (colocada a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos presentes, Primeiro (1º) Turno, a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 11/2016; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por oito (08) votos favoráveis a sete (07) contrários, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Ordem do Dia da próxima sessão para votação em segundo turno); 4. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do emprego de Analista de Tecnologia da Informação, nos termos da Lei Complementar nº 205, de 2006 e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Ordem do Dia da próxima sessão para votação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Apenas para fechar o assunto da reforma deste prédio, objeto de meu requerimento, citado pelo senhor presidente. Como o presidente colocou, em cheque, a minha votação da semana passada, digo que o senhor está aqui há três mandatos. Portanto, penso que deva entender, que





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aqui, o voto é político, ou, caso contrário, não precisaríamos de uma câmara legislativa, pois bastaria o Poder Judiciário. Eu penso, que nada tem a ver, conceder um FG, para um funcionário, para ele executar um pregão, para fazer reparos, com cumprir o que está descrito aqui. O que pedi foi o cumprimento do que reza a Constituição Federal. A forma como vai ser feito, se vai dar FG aos funcionários, que participam do pregão, ou não, ou quem vai ser o pregoeiro, isso não me importa. O que me importa é que seja cumprido o Artigo 23, da CF/88, que fala da acessibilidade a pessoa com deficiência. O senhor tocou num ponto importante também, que é a questão da segurança do prédio. Concordo. Porém, devemos lembrar, que esta Câmara ainda abriga uma funcionária, durante a semana, mesmo com prédio 'em risco de incêndio'. Palavras do presidente. Assim como as sessões, que continuam aqui, nesta Casa, com risco de incêndio. Ou será, que incêndios só ocorrem de terça a domingo? Correto? É por isso, a minha preocupação, senhor presidente. Outro ponto, sobre a preocupação, porque o senhor disse que chamou engenheiros e outras coisas, mas eu gostaria que esta mesma preocupação tivesse ocorrido na época da inauguração do anexo I, da Câmara. Eu não entrei lá, mas me disseram que não está na norma NBR 9050, que rege a acessibilidade. Principalmente, tratando-se de prédio público. Não possui piso direcional, o elevador não está na norma NBR 9050. Tomou a cautela de trazer o engenheiro aqui, de consulta-lo, mas e lá, no anexo I? Também cobre sobre lá. Esta cautela não existiu. Para separar bem as coisas, presidente. Um projeto dava gratificação ao pregoeiro e outra coisa é cumprir o que está determinado aqui, que não cabe a mim, mas à presidência desta Casa. Segundo assunto, é sobre a importância da presença de jovens aqui. Fico feliz. Existe um problema, que está acontecendo e é referente aos jovens. Conversei no CEBE e soube. Mais uma vez, serei chata e baterei na tecla da mulher. O CEBE não está conseguindo colocar meninas, em empresas. A discriminação ainda existe. Palavras de Marisa e Luiz Dalbo, membros da instituição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cadê as políticas públicas, para a mulher? Já pedi várias vezes por políticas públicas voltadas à mulher. Já mandei para o MP. O Conselho da Condição Feminina está inativo, não temos uma casa abrigo, nem um centro de referência. Tudo nas costas da Delegacia da Mulher – DDM”, colocou. Como os próximos inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi, Laércio Rocha Pires, Leonardo David Zaniboni e Luiz Antônio Guarnieri, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Fizemos uma reunião na zona rural, com representantes, sobre a segurança pública, nesta semana. O número de assaltos a mão armada está aumentando muito, principalmente, nos finais de semana. À noite são as casas. Durante o dia, são os tratores. Muita coisa foi falada. Os Vereadores Osvaldo e o Jorge falaram sobre a reunião, na sessão passada, e a Vereadora Maria Helena e eu fomos lá, participar também. A situação de segurança está triste, em toda a cidade. Vemos, constantemente, tudo ocorrendo e o aumento da violência. Na reunião foi colocado, que, tanto a GCM, quanto a Polícia Militar, ambas só têm três veículos, para cobrir a cidade, por período, para todo município. Como a maior parte da população se concentra na zona urbana, fica mais difícil estender à zona rural. Só que é da zona rural que vem boa parte do dinheiro, que chega à prefeitura, com a venda daquilo que se plantou. Então, não é bem assim. A prefeitura deve repensar. Coloco aqui, para que a GCM possa rever isso, porque, no passado, muita coisa foi feita, com pouco dinheiro. O administrador de 1997 a 2004 trabalhou com a comunidade, para ver o que poderia ser feito, com a zona rural. À época, os moradores se reuniram e doaram uma viatura. A International Paper - IP doou duas viaturas e daí a GCM conseguiu mapear toda a zona rural. Foi um trabalho cansativo, mas foi feito. Foram mapeados pontos de referência, indicativos. Para direcionar o atendimento da GCM. Cada região tinha o seu ponto de referência. As viaturas rodavam até cento e oitenta quilômetros, por noite. Durante a semana, duas viaturas; finais de semana, três viaturas. Os problemas diminuíram bastante. Para tentar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

melhorar, basta boa vontade”, discursou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. “Realmente, venho cobrando, desde o início de meu mandato, a questão de investimentos na GCM. Nesta semana, o Vereador Luiz foi tomar um cafezinho na sede da GCM e viu o que anda acontecendo, na GCM. Conversamos bastante e, inclusive, vamos fazer, em conjunto, um requerimento reiterando vários pedidos. Todos vereadores pedindo por contratações. Precisa-se abrir concurso. Aumentar efetivo. Mas até acho engraçado, porque estou com uma matéria de jornal aqui. Dizendo que, justamente, naquela época, não tinha nada. Que curioso! Matéria do jornal O Impacto, edição de domingo 21 novembro 2004. “GCMs patrocinam a própria munição. Assessor reconhece a deficiência. Bombeiros acumulam funções. Em onze anos, o número de guardas caiu para quarenta e três. Falta de investimentos e infraestrutura. Defasagem”. Não vou ler, porque é muito extenso, mas posso passar cópia. Mostrando apenas, que a GCM não estava bem há tempos. Ficou vinte anos parada. Muita coisa foi de mal a pior neste mandato, reconheço e sei disso, mas não podemos falar, que este governo virou as costas na questão da segurança. Não podemos, pois foram feitos muitos investimentos na Secretaria de Segurança Pública. Lógico, por eu estar vereador, com o apoio da Guarda Civil Municipal, com o apoio de todos os vereadores. Tudo o que foi aprovado aqui: periculosidade, viaturas etc. Muitos investimentos. A GCM ficou sem investimentos, por oito anos, no mandato de 1997-2004 e depois, oito outros anos, no mandato do sucessor. A GCM ficou abandonada. E vemos, agora, a dificuldade de recuperar todo este tempo perdido. Estamos lutando, mas tem que abrir concurso público, tem que se contratar mais guardas e tem que investir em segurança. Acabar com esta coisa de segurança pública é dever do Estado. E dever do município também. Temos que unir forças e cobrar investimentos na Polícia Militar, na Polícia Civil e à prefeitura, para que invista na GCM e no Bombeiros”, salientou. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Alves de Godoy, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Na última sessão, segunda-feira passada, os Vereadores Osvaldo e Jorge colocaram a violenta situação, que a zona rural está passando. Vereador Cinoê também colocou. Na quinta-feira, fomos na propriedade do senhor Lázaro Pulcinelli. Estávamos lá, Vereadores Osvaldo, Jorge, Luzia e eu. E fomos cobrados, pelos moradores, para que pudéssemos fazer algo. Na manhã de hoje, marquei uma audiência com o Secretário Adjunto de Estado dos Negócios da segurança, Dr. Mágilo Alves Barbosa Filho. Hoje, o Secretário de Estado, Dr. Alexandre Moraes, tem como chefe de gabinete o Dr. Roveraldo Bataglini, mogimiriano. Falamos com ele e ele nos disse, que a agenda do secretário é muito confusa, mas que o secretário adjunto poderia nos receber. Convido o presidente e todos os vereadores, para irmos até São Paulo. O Vereador Laércio Pires falou muito sobre segurança, falou sobre marcar uma audiência. Convido a todos. Amanhã posso passar a data da reunião. E faço outro convite. Proponho, e já pedi à minha assessora, que faça contato com membros do CONSEG, GCM, PM e Polícia Civil, para que todos possamos elaborar, o que vamos pedir ao secretário adjunto. Eles devem nos informar, exatamente. Precisamos de mais investigadores? Na zona rural não há investigação, vereador Palomino, porque há uma deficiência do Governo do Estado. Reconhecemos isso. O Estado não dá conta de investigar. E a Polícia Rodoviária! Eles alegam, que o comando da quadrilha está muito próximo de Mogi Mirim. Então, proponho amanhã, às 10 horas, para elaborarmos pauta de petições, com eles, os membros do CONSEG e polícias, para sabermos o que pedir. Falei com o Deputado Barros Munhoz, pedindo o apoio, porque é importante. Ele é liderança, em nossa região. Proponho possamos ter o apoio do senhor prefeito, através de uma van, para irmos à reunião, em São Paulo. Cinco sitiantes irão também, representando a zona rural. Se nos cabe ajudar, eis a tentativa, que faço”, declarou. Como o Vereador Osvaldo Quaglio, próximo orador, desistisse da palavra, ocupou lugar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio. “Na sexta-feira passada, o técnico, o ‘braço direito’ do Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, o senhor Alexandre, que mencionou morava em condomínio, na cidade de Mogi Guaçu, no asfalto, foi destituído de seu cargo. Não é mais o coordenador das máquinas rurais. Assumiu, em seu lugar, o funcionário Eneas. Gente muito boa. Quem sabe, agora, com a substituição, Martim Francisco e região rural adjacente sejam melhor atendidas. O cara era tão técnico, que houve uma vazante de água, em Martim Francisco, e ele responsabilizou a área, que o município estava destinando à trituração de galhos. Na verdade, era do outro lado e as máquinas, do próprio departamento, que deveriam fazer o desassoreamento das cacimbas, não faziam. Foi necessária uma máquina do DOV, a pedido deste vereador ao Secretário de Obras. A Secretaria de Agricultura detém o poder das máquinas. A pedido deste vereador, junto à autoridade maior do município, foi autorizada a troca de funcionários. Fui atendido e vou aguardar o desenrolar dos trabalhos, na zona rural. Vereadora Maria Helena, perdoe-me o que vou falar. A senhora num outro instante, nesta sessão, falou que não votou no projeto do SESAMM. Concordo. Perdoe-me, se falei que a senhora votou. Mas a senhora, o Vereador Cinoê, a noiva dele, Rosandra, o Capitão Rui e a Flávia Rossi constam, no contrato, com assinaturas. Participou do SESSAM sim. Pode não ter votado, mas participou. Está aqui, a foto da senhora. Foi publicada no Facebook. Pode não ter votado, mas enquanto participante do partido PSDB, participou também do SESAMM. Menciono, novamente, que eu nunca votei privatização, que eu votei parceria público-privada. Enquanto qualquer vereador me acusar, de qualquer coisa, que não fiz, simplesmente, defender-me-ei, pois é ação e reação, embasada, em documentos e ações, que foram promovidas no passado. O que vai ocorrer, através da parceria, espero seja para melhor, porque, na verdade, o SAAE não tem a autonomia, que pregam. Sessenta por cento do arrecadado pelo SAAE são gastos com a cobertura dos custos do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

SESAMM. A folha de pagamento da autarquia consome mais trinta e cinco por cento. Sobram cinco por cento, para investimentos. Onde e como o SAAE tem condições de fazer investimentos? Alguém me prova o contrário? Nenhum de nós é capaz de provar isto. Sobram apenas cinco por cento, para investimentos. Se houver a parceria público-privada eles vão apresentar a forma como vai ser feita. Não são trinta anos. É menos. A concessão de trinta anos foi feita pelo grupo PSDB, na concessão do esgoto. Também Metrô e pedágios. Não estamos falando de trinta anos na parceria público-privada do SAAE”, declarou. Os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto, Cinoê Duzo e Daniel Gasparini dos Santos, desistiram da palavra. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, registrou o transcurso, no dia 6, do aniversário do Monsenhor Clodoaldo de Paiva, completando oitenta e oito anos de vida, os quais parabenizou. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h42, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM